ISSN: 2358-8829

O avanço da privatização da educação: quando as competências se tornam metas de aprendizagem

Alessandro Furtado Pacheco[1]
Antonio Flavio Barbosa Moreira[2]

INTRODUÇÃO

O aprofundamento do modo de produção capitalista na sociedade contemporânea impõe um modelo de relações em que as trocas devem ocorrer de forma a atender regras essencialmente concorrenciais. A estruturação de um novo plano de interação entre os indivíduos desenvolve um método imposto em que os serviços ofertados explicitam um caráter de mercadorias, ao mesmo tempo em que as instituições se apresentam como meras fornecedoras de atendimento para suprir demandas individuais. Os ideais de coletividade e justiça social são sobrepujados por mecanismos que devem atender as necessidades urgentes do mercado. A educação, dessa forma, passa a se apresentar como uma mercadoria.

Este trabalho, ao se inserir no contexto das relações flexíveis neoliberais pretende abordar de forma investigativa os aspectos que aprofundam as tendências que mantêm a escola como mais um objeto inserido no contexto do livre mercado, assim como pretende discutir as metodologias de aprendizagem que vêm se concretizando como modelos factíveis de adaptação à racionalidade neoliberal. Ao introduzir as competências como metas de aprendizagem, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) alinha os sujeitos a um esquema mercantil, de forma que o alcance de resultados obtidos no processo de aprendizagem se torna associado à uma formação que atende as exigência de um projeto capitalista. A metodologia empregada é caracterizada por pesquisa bibliográfica e documental, a fim de explorar de forma crítica a concepção de competência abordada na BNCC.

Faz-se importante destacar que essa pesquisa objetiva elucidar a caracterização das competências enquanto estratégias de adaptação dos sujeitos aos ditames

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, alefurt@gmail.com

[2]Doutor em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres. Professor titular da Universidade Católica de Petrópolis, antonio.moreira@ucp.br

ISSN: 2358-8829

neoliberais, ao mesmo tempo em que compreende o currículo como recurso ideológico hegemônico, capaz de potencializar as relações que estruturam as instituições educacionais.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa realizada através de leitura sistemática de textos e obras atuais, obtidos a partir de consulta a sites de armazenamento de arquivos científicos, assim como através de consulta rigorosa a pesquisadores contemporâneos que refletem a respeito do tema. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a inserção das competências em materiais e em documentos norteadores da educação brasileira, e nas possíveis consequências que essa metodologia vêm angariando na realidade brasileira, as consultas bibliográficas mantiveram fidelidade e rigor científico. Enquanto formulação de estratégias para promover a compreensão, a descrição e o estudo das competências se interpuseram como importantes para delinear e desenvolver os aspectos em que a educação contemporânea necessita introduzir o conceito a fim de se adequar às demandas capitalistas. Assim, a utilização da análise de conteúdo, sob a perspectiva de Orlandi (2012), é capaz de se pautar como arcabouço importante para reconhecer o sentido do discurso inserido em determinado contexto social e histórico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A BNCC enquanto política educacional se posiciona em alinhamento a uma agenda internacional e tem como parâmetros introduzir os termos competências e habilidades como aspectos que determinam e influenciam eficazmente na formação dos sujeitos localizados em instituições educacionais. A necessidade de elaboração de um documento norteador comum em todo o território nacional é resultado de um debate que envolveu entidades diversas, com a presença do “Movimento Todos pela Educação”, que reuniu representantes de organizações empresariais e do terceiro setor, como discutem Farias, Rufato e Ruiz (2023).

Como aparato a fim de nortear a educação brasileira e introduzir um currículo comum, a BNCC passa a regular o ensino obrigatório em todo o território nacional e

ISSN: 2358-8829

expressa um modelo padronizado em que normas e orientações descrevem modelos que devem ser implementados, ainda que as desigualdades de um país continental não sejam consideradas em sua essência.

Com a finalidade de imprimir aparência democrática, a BNCC não deixou de ser colocada em consulta pública, no ano de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que se entendam os vieses democráticos que permearam a elaboração do documento e sua consequente apresentação ao público de interesse, é importante frisar os grupos que ampararam sua confecção e suas relações com setores do empresariado. Por conseguinte, as diferentes políticas então retratadas pelo Estado expressam "não apenas as decisões daqueles que o representam, mas de acordos e concessões formulados entre e no interior de grupos com interesses distintos e que atuam tanto dentro como fora do Estado" (Schneider; Rostirola, 2021, p. 3).

Enquanto o momento político no Brasil evidenciava uma correlação de forças compatível aos ataques às liberdades democráticas, ao mesmo tempo em que se apercebia o crescimento e o avanço de forças conservadores que desenvolviam ações de regulação social e controle da ação pública. O impeachment sofrido por Dilma Rousseff (PT) e a posse de Michel Temer como presidente da república impõem perdas significativas de direitos garantidos constitucionalmente, como a implementação da reforma trabalhista. O cenário, assim, abre-se para uma nova composição dos formuladores da BNCC, o que é caracterizado por um estreitamento de relações com grupos empresariais de grande substrato neoliberal.

Para culminar na implementação de um documento orientador com o propósito de desenvolver as competências de aprendizagem, houve uma construção de um terreno fértil ao ajuste ao quadro atual do capitalismo internacional, assim como também se trabalhou para a "formação de intelectuais coletivos para atuar na formulação de diretrizes de ação político-operacional e na proposição de políticas públicas para o Estado" (Schneider; Rostirola, 2021, p. 6). Para tanto, fez-se necessário fortalecer grupos que atuavam como aparelhos privados de hegemonia, no intuito de evocar e posteriormente aplicar políticas públicas neoliberais indutoras do conformismo social em harmonia com a ideologia do Estado.

Enquanto a educação se constitui como um aparato destinado a estruturar e desenvolver relações sociais, o sistema capitalista se apropria dos espaços institucionais

educacionais a fim de perpetuar sua ideologia e garantir eficazmente o modo de produção. Para André (2026, p. 32):

> Dentre as estratégias de naturalização da relação entre dominantes e dominados, uma das mais eficientes é a manipulação do sistema educacional aos interesses capitalistas, que quando levada a cabo, garante a manutenção do *status quo*, por meio de uma 'lógica de produção' que mantém intacta a pirâmide social pavimentada na desigualdade.

O Estado se configura como o ente a proporcionar a aplicabilidade dos projetos capitalistas e, assim, garante-se a reprodução das relações de dominância e a manutenção da hegemonia. Em se tratando do âmbito educacional, é necessário garantir a reprodução dos ditames neoliberais a fim de manter o culto ao individualismo e à concorrência, por exemplo. Faz-se então, da vontade do Estado, a própria vontade de uma classe dominante com o intuito de que ocorram relações estruturais que sustentem e perpetuem o modo de produção capitalista. Então,

> As políticas educacionais promovidas pelo estado em provimento da manutenção do sistema evidenciam a formação dos sujeitos em conformidade com a sua localização na divisão de trabalho, colaborando para a divisão de classes. Diante disso, estrutura-se uma dualidade no sistema educacional- uma educação voltada para os filhos da burguesia e outra para os filhos da classe trabalhadora, estes últimos compreendidos como a nova força de trabalho. (Andrés, 2026, p. 340.

Em vista disso, o engendramento entre atores que se propuseram a elaborar a BNCC descreve uma lógica factível com a perpetuação do *status quo* no contexto de uma realidade de segregação social e econômica. O papel atribuído à educação, por meio dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), entra em cena com o propósito de articular relações que se desenvolvam em diferentes áreas sociais. Para tanto, a educação não deve ficar desassistida dessas tratativas. Assim, as políticas públicas desenvolvidas descrevem um grau de homogeneização em acordo com as potências imperialistas.

Com a ideologia voltada para o atendimento às necessidades de justiça social inerentes aos países coloniais, o BM se intitula como regulador de políticas sociais e afirma desempenhar ações que objetivam reduzir a pobreza e a desigualdade. Para Barbieri (2021), a organização atua com o papel de interventor político ao expandir sua capilaridade junto a uma malha de agentes que controlam o mercado financeiro (como corporações privadas e instituições financeiras internacionais, por exemplo). A ótica

ISSN: 2358-8829

implantada, a partir desses pressupostos, evidencia uma visão economicista que tende a ser o alicerce teórico e metodológico dos documentos norteadores elaborados por agentes do Estado.

O ser humano que se desenvolve no mundo contemporâneo tem sua subjetividade alçada pelos ideais em voga, submetidos aos respectivos valores que pressupõem descrever os sentidos da existência. Como os imperativos econômicos determinam o sistema capitalista, há de compreender também o comportamento humano subjugado aos parâmetros concorrenciais. Laval (2019, p. 67) afirma: "a industrialização e a mercadorização da existência estão redefinindo o homem como um ser essencialmente econômico e um indivíduo essencialmente privado".

Na esteira de um processo de mercadorização da educação, uma nova terminologia redefine o lócus educacional e impõe uma nova visão que destitui o espaço escolar das noções estabelecidas de coletividade e de espaço de construção do conhecimento. Esse processo não ocorre a partir de uma ruptura, mas seu desenho é construído à medida que o neoliberalismo alcança espaço e se torna a lógica normativa e orientadora de políticas e comportamentos. O Estado, então, passa a se regulador de novas normas disciplinares que formam indivíduos adaptados às lógicas de mercado, segundo Dardot e Laval (2016). Nesse ensejo, grandes grupos e corporações capitalistas se mantiveram em harmonia para, no fim, traçar a estratégia comum de alteração das relações sociais e implementação de novas políticas econômicas.

Portanto, um mecanismo de ampliação da concorrência é alçado e as escolas devem formar sujeitos sob um ponto de vista essencialmente utilitarista. As economias mundialmente dominantes forjam modelos que instituem noções em prol do desenvolvimento de indivíduos em constante formação. Tudo isso coaduna com a noção de empreendedorismo e com a construção de um ser que está em permanente aprendizado. Segundo Laval (2019, p. 72):

> A escola inicial deve dar ao jovem um "pacote de competências básicas", como diz a Comissão Europeia e, sobretudo, deve fazê-lo "aprender a aprender", o que seria uma espécie de quadro geral sem substância muito bem definida. O conteúdo desse saber é essencialmente relacionado aos usos produtivos ulteriores, segundo uma lógica instrumental do saber.

Nessa perspectiva, o trabalhador que se forma em instituições educacionais sob a ótica neoliberal terá ao seu alcance um arsenal de métodos que lhe possibilitem se

especializar constantemente, uma vez que a desregulamentação econômica exige indivíduos flexíveis e em construção permanente diante de um mundo cujos direitos sociais e trabalhistas já foram retirados ou estão constantemente ameaçados.

Ao se portar como um documento que orienta todo o sistema educacional de um país, a BNCC se traduz como reguladora de ações e como prescritora de um currículo unificado nacionalmente, cuja função está em articular os entes federativos e a sociedade civil, jamais destituída de uma função ideológica. Toda a organização de agentes intencionalmente envolvidos para a confecção do documento adota rumos que caminham em direção a uma agenda global voltada para a educação. De acordo com Farias, Rufato e Ruiz (2023, p.8):

> Vale ressaltar que o Brasil tem internalizado ativamente, por vias de consenso, as recomendações internacionais para a Educação, o que pode ser identificado na similaridade entre os documentos da política educacional do país, sobretudo a partir da década de 1990, com outros documentos e normativas internacionais, algumas embasadas nos ditames do Banco Mundial.

Em acordo ideológico com organismos internacionais, a agenda global estabelece, através de consenso, a preocupação de desenvolvimento do aprendizado por forma de competências. Enquanto a ordem social se conforma, faz-se necessário descrever os comportamentos que devem ser adotados para que os cidadãos reproduzam o *status quo*. As competências se tornam, dessa forma, metas a serem prescritas em direção ao conformismo social, em acordo com a hegemonia própria da racionalidade neoliberal. Para tanto, aos indivíduos são prescritos comportamentos em prol do processo produtivo. As competências socioemocionais adentram os currículos na intenção de desenvolver um conjunto progressivo de capacidades que se dirigem a uma educação ao longo da vida. Esses conhecimentos se desvinculam do arsenal científico e historicamente acumulados pela sociedade e passam a descrever métodos que se assemelham a cartilhas e instruções programadas e culminam na retirada da autonomia dos professores (Farias, Rufato e Ruiz, 2023).

Denota-se, assim, a vontade do Estado como cópia fiel de uma classe dominante. A reprodução da ideia de “aprendizagem ao longo da vida” se torna atraente diante do caráter distópico do mundo contemporâneo e estimula uma visão com ares de modernidade, uma vez que os indivíduos estão suscetíveis às mudanças recorrentes do

ISSN: 2358-8829

capitalismo avançado e esse pressuposto conduz à disponibilização de recursos de aprendizagem continuada. O paradigma a ser desenvolvido conduz à visão consensual de que os sujeitos são flexíveis e adaptados ao mundo em constante modificação. Para Laval (2019, p. 77):

> No contexto atual, a noção de competência está na base dos discursos que constroem as relações de força entre os grupos sociais. A competência tem conexão estreita com a exigência de eficiência e flexibilidade que a "sociedade da informação" impõe aos trabalhadores.

Recorre-se, assim, de forma ao uso estratégico das competências se desenvolvendo em instituições educacionais ao mesmo tempo em que também servem como pressupostos balizadores no jogo do mercado de trabalho. O conceito de competências se estende às relações trabalhistas convenientes ao modelo flexível do neoliberalismo. O caminho a ser traçado a partir da inserção de um currículo pautado em competências visa conduzir os futuros trabalhadores a desenvolver aptidões, que serão transportadas para variados contextos profissionais (Laval, 2019). Pedagogicamente, a introdução de competências fragmentadas permite ao indivíduo assimilar conhecimentos que serão disponibilizados em determinadas situações problema, por outro lado, enquanto essas qualidades são desenvolvidas, subtrai-se do currículo o arsenal de conhecimento formal e caminha-se para a desintelectualização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de trazer luz ás questões destacadas neste trabalho, os resultados se dão a partir de abordagem qualitativo-interpretativa como base metodológica, no intuito de verificar, a partir de revisão bibliográfica, como as competências prescritas no documento normativo e norteador da educação brasileira: a BNCC. Em vista do referencial ter um peso significativo, as prescrições foram analisadas sob a ótica dos autores, ainda que critérios de subjetivação possam ser verificados, sob a perspectiva da análise do discurso de Orlandi (2012).

Assim, a descrição de um documento normativo em acordo com competências a serem desenvolvidas nos sujeitos envolve a caracterização de um método que assimila preceitos neoliberais em difusão internacional, com o objetivo de construir membros

imbuídos de seus reais papeis numa sociedade estruturada por classes antagônicas. Enquanto formulações pedagógicas, as competências priorizam aspectos úteis da personalidade inserida no contexto competitivo neoliberal, ao invés de estimular e desenvolver aspectos cognitivos referentes às elaborações condizentes à formação intelectual e científica.

Sob esse aspecto, o trajeto educacional avança em direção a conformação de um sujeito flexível e adaptado à lógica de mercantilização que coaduna com a privatização da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação das políticas educacionais no Brasil reflete disputas ideológicas e políticas estruturantes da sociedade, materializadas em seus documentos normativos. Tais normativas expressam o equilíbrio de forças entre grupos sociais que buscam priorizar determinados conhecimentos, competências e sentidos para a educação. O currículo, portanto, opera como um dispositivo prescritivo e ideológico, configurando-se em campo estratégico de disputa por hegemonia cultural e social. Ao concebê-lo como um espaço permanentemente tencionado, percebe-se que a organização curricular não apenas baliza a prática escolar, mas interfere ativamente na reprodução ou no confronto das relações sociais estabelecidas.

A inclusão do ensino por competências nos documentos curriculares atende a um modelo educacional desenhado para ajustar os estudantes às constantes transformações econômicas e sociais. Sob essa lógica, o trabalho pedagógico passa a focar no desenvolvimento de habilidades voltadas à adaptação ao mercado de trabalho, o que acaba reduzindo a centralidade e a relevância do conhecimento científico e historicamente acumulado.

Além disso, a divisão dos saberes em competências específicas dificulta a compreensão integrada da realidade e das conexões entre os diferentes campos do conhecimento. Em vez de promover uma formação ampla e crítica, essa abordagem prioriza aprendizagens instrumentais para moldar indivíduos flexíveis e adaptáveis, alinhando o projeto educativo aos pressupostos da racionalidade neoliberal e da empregabilidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo, competências de aprendizagem, instituições educacionais.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, Ana Paula. Ideologia e o poder do estado na esfera educacional. **Revista Temas e Matizes**, Cascavel (PR), v. 20, n.36, p. 23-43, 2026. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/pt_BR/article/view/32482. Acesso em 16 out. 2026.

BARBIERI, Aline F. **Políticas para a educação básica no Brasil a partir dos anos 1990: a conformação de uma agenda globalmente estruturada para a educação**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, C.S.; RUFATO, G.B.; RUIZ, M.J.F. BNCC: formação de competências e habilidades para adaptação ao mercado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v39, n. 01 e 127053.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

SCHNEIDER, M.P; ROSTIROLA, C. R. Atuação dos aparelhos privados de hegemonia na implementação da BNCC nos estados da Região Sul. **Revista Educação em Questão**, Natal (RN), v. 59, n.60, p. 1-23, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25485. Acesso em 14 out. 2026.